

23 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Publicano é o 3.º maior escândalo de corrupção do PR

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

Os R\$ 725 milhões em impostos negados, multas e acréscimos legais exigidos revelados pela última parcial da força-tarefa da Receita Estadual fazem da Operação Publicano o terceiro maior escândalo de corrupção do Paraná.

A máfia da Receita perde apenas para o Caso Banestado (R\$ 150 bi) e o Caso Paolicchi, de Matingá, que chega a 713 milhões em valores atualizados referente a apenas uma ação — com os diversos processos, o valor total (não identificado) ultrapassa a Operação Publicano.

Como se trata de uma parcial e existem três forças-tarefas em andamento, a tendência é que esses R\$ 725 milhões aumentem consideravelmente — em 29 de outubro, quando foi confirmada a abertura dos processos administrativos contra os 62 auditores fiscais réus nas ações penais, a Secretaria da Fazenda divulgou uma parcial de R\$ 400 milhões.

“Eu não tenho como dizer se chegamos na metade ou não, mas ainda há muito a investigar”, declarou o promotor Jorge Costa, coordenador do Gaeco de Londrina. “Esse número vai subir, só não sei quanto”, completou.

Segundo Costa, o trabalho da força-tarefa “só vem a demonstrar o acerto das investigações e também a correção do esclarecimento [que o MP está fazendo] de como funcionava o esquema e a amplitude dele.”

O hoje procurador Cláudio Esteves, que coordenava o Gaeco em Londrina quando a

Operação Publicano foi deflagrada, afirmou que “teoricamente [o valor] vai mais longe, porque estão só nas empresas locais ainda”.

“Na Publicano 2 eu já não estava mais quando foi deflagrada, mas foram presos os principais cabeças da Receita Estadual, o que significa que era uma estrutura hierarquizada”, afirmou. “Não foram apuradas [as irregularidades] em outras Delegacias [da Receita] mais distantes de Londrina, mas certamente se estendia por outras partes do estado”, acrescentou.

Comparação

O escândalo dos “publicanos”, supera, por exemplo, os “Diários Secretos”, série da **Gazeta do Povo** e da RPC TV que mostrou o desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa por meio de funcionários fantasmas — o esquema gerou um rombo comprovado de R\$ 250 milhões em valores atuais.

Deixa para trás também o caso Copel/Olvepar, de 2002, no final do governo Jaime Lerner, quando a empresa estadual de energia comprou créditos irregulares de ICMS, provocando um prejuízo de R\$ 84,6 milhões.

O QUE É?

O Gaeco, braço investigativo do MP, investiga, dentro da Publicano, a denúncia de que auditores fiscais, empresários e contadores teriam formado uma “organização criminoso” para facilitar a sonegação fiscal mediante propinas.

Gaeco projeta prejuízo ‘infinitamente maior’ quando entrar Curitiba

O advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defende o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, principal delator do esquema de corrupção na Receita, estima um prejuízo ainda maior para os cofres do governo do Paraná. “Na hora que investigarem todas as afirmações do Luiz Antonio vão chegar a muito mais do que isso”, afirmou.

Em maio, logo depois de intermediar o acordo de delação premiada do seu cliente, Duarte Ferreira projetou um rombo de R\$ 500 milhões. “Eu estava redondamente enganado”, ironizou. Opinião compartilhada pelo coordenador estadual do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Leonir Batisti. “É uma descoberta parcial, com raízes nas empresas de uma região [Londrina]. Se pegar Curitiba, vamos ver que a situação deve ser infinitamente maior.”

MEMÓRIA

Os emblemáticos Casos Banestado e Paolicchi

O caso Banestado, escândalo de corrupção envolvendo o banco estadual privatizado no fim do governo Jaime Lerner (1995-2002) teve cifras bilionárias. Calcula-se que um esquema montado no Banestado tenha facilitado a evasão de R\$ 150 bilhões para paraísos fiscais. Já no chamado caso Paolicchi, que envolve o ex-secretário municipal de Fazenda, Luís Antônio Paolicchi, e o ex-prefeito de Maringá, Jairo Gianoto, os réus foram condenados por desviar, em valores de 2010, R\$ 500 milhões da prefeitura da cidade — se atualizados somam hoje R\$ 713,4 milhões. **(FS)**

23 NOV 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Operação Publicano

Finalmente surge uma luz no fim do túnel! A Justiça de Londrina, com certa agilidade, está prestes a dar uma resposta a um dos maiores escândalos da história deste pacato Paraná. Digo até que é o maior escândalo até agora verificado em toda a história do Paraná. Não tem como negar que certas modalidades criminosas tiveram início no atual governo, embora muitos dos protagonistas já viessem agindo desde outros mandatos. Esperamos que a Justiça seja feita e que, se os acusados forem considerados culpados, que suas penas sejam compatíveis com suas ações criminosas.

Harry Carlos Herbert

23 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Votações trilham o fim dos precatórios

Congresso demarca o caminho para o pagamento, em cinco anos, das dívidas do poder público que somam R\$ 94 bilhões

Rosana Felix

▮ Duas votações do Congresso Nacional começaram a pavimentar na última semana o caminho que será usado por estados e municípios para zerar suas filas de precatórios até 2020, conforme determinou o Supremo Tribunal Federal (STF). A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 74/2015, que estabelece a possibilidade de os entes contraírem empréstimos para quitar as dívidas. Além disso, os parlamentares derrubaram um veto presidencial, de forma a agilizar o acesso aos depósitos judiciais de processos nos quais os entes façam parte — recurso que deve ser usado para pagar precatórios.

O montante de precatórios no Brasil (dívidas do poder público reconhecidas pela Justiça), era de aproximadamente R\$ 94 bilhões no começo deste ano, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2009, o Congresso havia aprovado uma PEC que permitia o pagamento até 2024, mas a emenda foi considerada inconstitucional pelo STF em 2013. Somente em março de 2015 os ministros

do STF concluíram o julgamento, determinando o pagamento até 2020, no máximo.

O prazo foi considerado muito apertado por estados e municípios, que alegaram não ter condições de fazer o pagamento.

A proposta original da PEC 74 foi criticada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por não prever sanções aos entes que descumprissem o pagamento. A comissão especial que analisava o assunto fez mudanças no texto. “O projeto aprovado sinaliza uma resolução para o problema de precatórios, de forma a atender o interesse dos credores, mas também dos estados e municípios”, afirma o advogado Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Paraná.

Para ajudar os estados e municípios, a PEC prevê a possibilidade de contrair empréstimo acima dos limites de endividamento previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 200% para estados e 120% para municípios. Em caso de não pagamento, o presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro do valor necessário. A União pode ainda reter repasses constitucionais, como fundo de participação, e o prefeito ou governador responsável responderá por improbidade administrativa.

Até 2020, o estado ou município deverá depositar em conta especial na Justiça um valor mínimo anual para pagamento de precatórios, que não pode ser inferior à média do que foi repassado entre 2012 e 2014.

Metade do valor será destinado ao pagamento das dívidas em ordem cronológica e metade para negociação de pagamento antecipado, com redução de até 40% do total devido. Beneficiários de créditos alimentares acima de 60 anos, portadores de doença grave ou com deficiência têm preferência, com valor será limitado a três vezes o da requisição de pequeno valor, definido em cada estado.

PEQUENO VALOR

A OAB Paraná e o governo estadual estão em conflito por discordarem sobre o valor das Requisições de Pequeno Valor (RPV's). O índice tem aplicação direta nos precatórios pagos a pessoas com preferência na fila. O governador Beto Richa (PSDB) deve fixar em R\$ 15 mil a RPV, que era de R\$ 31,5 mil até julho, um corte de 52%. “Não há justificativa plausível para isso, em um momento em que o governo faz publicidade sobre o aumento da arrecadação”, critica o advogado Emerson Fukushima.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 NOV 2015

SOLUÇÃO A CAMINHO

Conheça a PEC que passou em primeira votação na Câmara dos Deputados:

- **Municípios e estados** precisam depositar anualmente valor para pagar precatórios, não inferior à média de 2012 a 2014.
- **Metade do valor** será destinada ao pagamento em ordem cronológica e metade poderá ser negociada para pagamento antecipado com abatimento de até 40% do valor.
- **Idosos, portadores de deficiência e doença grave** têm preferência no pagamento, no limite de três vezes o valor da Requisição de Pequeno Valor (RPV).
- **A correção** não muda: Taxa Referencial (TR) até 25 de março de 2015 e, a partir daí, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Os precatórios tributários deverão seguir os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos. No caso da União, usa-se a taxa Selic mais 1%.
- **A PEC permite acesso** a 75% dos depósitos judiciais dos processos em que o ente (estados, municípios, União) façam parte. Criado um fundo para os recursos, pode-se acessar depósitos judiciais de terceiros (até o limite de 40%, metade para o estado e metade para os municípios).

- **O pagamento de precatórios** passa a justificar ainda empréstimos acima do limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 200% para estados e 120% para municípios.

Acesso a depósitos vai ter de sair em 15 dias

O Congresso Nacional estabeleceu que os bancos precisavam repassar a estados e municípios 75% dos recursos judiciais dos processos em que os entes sejam parte em até 15 dias, a contar da apresentação de um termo de compromisso. Nesse documento, o administrador deve se comprometer a usar o montante para pagamento de precatórios, dívida, despesas de capital ou recomposição de fundos de previdência.

A presidente Dilma Rousseff havia vetado o prazo, previsto na Lei Complementar n.º 151/2015, alegando “severa dificuldade de sua concretização”. O veto foi derrubado dia 17.

A PEC n.º 74/2015, em trâmite na Câmara dos Deputados, também garante o acesso aos depósitos judiciais no montante de 75%, incorporando-a à Constituição. Estados e municípios devem conseguir ainda o acesso aos depósitos judiciais de particulares, caso tenham criado um fundo garantidor formado com os 25% restantes.

Para Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Paraná, o acesso a depósitos de terceiros na proporção prevista é adequado. “O governo do Rio de Janeiro usou 25% do montante e conseguiu zerar a fila de precatórios”, observa. (RF)

23 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Ritmo lento da Lava Jato 'incomoda' a PF

Polícia Federal admite ritmo menor por causa do fatiamento da investigação pelo STF. "Estávamos na 23ª fase", diz delegado

Katna Baran e Kelli Kadanus

Segunda fase da Lava Jato deflagrada após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de fatiar as investigações que não têm relação com a Petrobras, a Operação Corrosão interrompeu um intervalo de 56 dias sem nenhuma ofensiva da Polícia Federal em relação ao caso. A demora gerou a sensação de que as investigações sofreram um impacto causado pela decisão do Supremo.

Em setembro, os ministros decidiram que casos que não tenham relação direta com a Petrobras não devem ser conduzidos pelo juiz federal Sergio Moro, em Curitiba. As irregularidades da Eletro nuclear, por exemplo, foram remetidas ao Rio de Janeiro, enquanto as investigações referentes aos contratos da Consist com o Ministério do Planejamento ficaram em São Paulo — a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou recurso ao STF para tentar reverter o fatiamento.

Para o delegado da PF Marcio Anselmo, o fatiamento das ações não deve interferir em novas fases da Lava Jato

nem nas investigações já conduzidas pela PF do Paraná. Ele também não acredita que houve um intervalo maior entre as operações depois da decisão do Supremo. "Mas, sim, algumas fases ocorreram muito próximas", diz.

Poucos dias depois da decisão do STF a PF deflagrou a Operação Nessun Dorma, a 19.ª fase. O recado dos investigadores foi claro. "O nome fica comodica para quem achava que a Operação Lava Jato começou a diminuir suas ações e um alerta para quem está envolvido em crime de corrupção no país", disse o delegado da PF Igor Romário de Paula na ocasião. Na mesma coletiva de imprensa, o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Carlos Lima garantiu que a Lava Jato não estava "perdendo o fôlego".

Ritmo mais lento

Quase dois meses depois, a PF chegou a admitir que o ritmo diminuiu por causa da decisão do STF. "Se não fosse isso [desmembramento] estaríamos pelo menos na 23.ª fase", disse Igor Romário de Paula em entrevista coletiva concedida na deflagração da 20.ª fase, na segunda-feira (16).

Conforme ele, a 18.ª fase da Operação — a Pixuleco II — trouxe um volume grande de informações "muito interessantes" para conduzir novas investigações envolvendo o Ministério do Planejamento, mas, com a decisão do STF, a PF foi obrigada a pisar no freio. "A impressão que a gente tinha é de que aquele caso

poderia avançar muito rápido e ter gerado novas fases", aponta.

Com o inquérito remetido para São Paulo, como afirma o delegado, a investigação está quase parada (leia mais nesta página). "Está se perdendo tempo, justamente nessa fase que estava mais quente", diz. Ele aponta, por exemplo, que uma das primeiras medidas tomadas com a declinação do processo foi a soltura do ex-vereador Alexandre Romano. A senadora paranaense Gleisi Hoffmann (PT) é apontada como suspeita nesse inquérito.

Apesar dos percalços, Igor afirma que, mesmo as denúncias não relacionadas à Petrobras que chegam à PF e que, com isso, poderão ser remetidas a outros juízos, continuarão a ser apuradas.

"Parada técnica"

O procurador Carlos Lima classificou o tempo maior entre as operações como "parada técnica". "A operação continua vigorosa. Nós tivemos que fazer uma parada técnica para analisar as decisões do Supremo", disse.

"Não vamos deixar de produzir provas quando elas se apresentarem para nós. Vamos revelar os fatos e, se depois o Supremo entender que eles não continuam conosco, tenho certeza que os outros estados continuarão as investigações", fechou.

CONTINUA

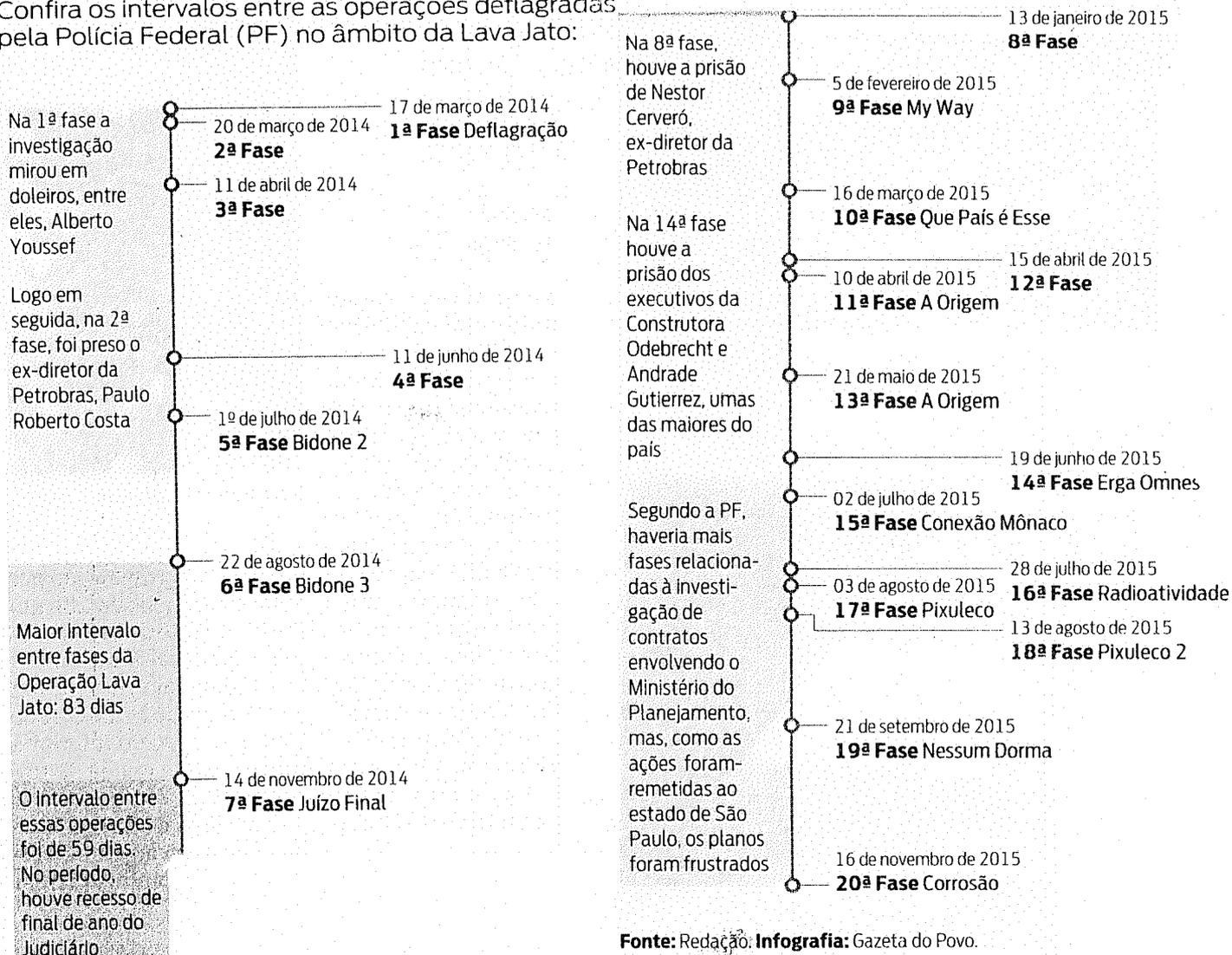
Apesar de chamar a atenção, o intervalo entre a 19ª a 20ª fases não é o maior registrado ao longo da Lava Jato. Depois da deflagração da 6ª fase, quando foram realizadas buscas em endereços ligados ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, em agosto do ano passado, a PF demorou 83 dias para deflagrar a Operação Juízo Final, que prendeu executivos das maiores empreiteiras do país, em novembro de 2014. O intervalo entre a deflagração da 7ª fase e a prisão do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró também foi grande: 59 dias. Cerveró foi preso no Rio de Janeiro, no início do ano.

COOPERAÇÃO

O clima é de cooperação entre os procuradores de Curitiba e do Rio. Em São Paulo, o MPF criou uma força-tarefa independente, sem os procuradores de Curitiba, para investigar a pasta do Planejamento.

RITMO

Confira os intervalos entre as operações deflagradas pela Polícia Federal (PF) no âmbito da Lava Jato:



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ACORDO

23 NOV 2015

Força-tarefa de Curitiba busca união com São Paulo e Rio

Com o desmembramento das investigações referentes à Lava Jato, as forças-tarefas que atuam em Curitiba já se organizam para trabalhar em conjunto com investigadores de São Paulo, para onde foi remetido o caso envolvendo o Ministério do Planejamento, e do Rio de Janeiro, onde estão concentradas as investigações do esquema de corrupção na Eletronuclear.

Conforme o delegado Igor Romário de Paula, da força-tarefa da Polícia Federal (PF) em Curitiba, apesar das tratativas, os casos passaram a andar em ritmo mais lento em outros estados. "O ritmo é diferente lá e aqui. Aqui a força-tarefa já está montada, todo mundo já conhece o caso, sabe encaminhar mais rápido, a equipe está formada, é outra realidade", aponta.

Segundo ele, a investigação pela PF de São Paulo, por exemplo, está praticamente parada, já que os inquéritos estão em posse do Ministério Público Federal (MPF) local. "Não sei se existe algum problema de relacionamento entre as instituições [PF e MPF] de lá. Fato é que a PF de São Paulo não vai fazer nada enquanto não for notificada", explica. Essa situação, conforme o delegado, prejudica as investigações de um caso com material "rico", como ele aponta.

Já no Rio de Janeiro, há uma agilidade no andamento dos inquéritos. Conforme o delegado do Paraná, já houve até pedido de remoção dos presos para o estado. Alguns policiais cariocas que faziam parte da investigação da Lava Jato no Paraná, inclusive, foram enviados para lá, e outros delegados vieram a Curitiba para analisar documentos desta fase da Operação.

23 NOV 2015

GAZETA DO POVO

**EM CURITIBA
Maria da Penha abre
evento que debate de
violência de gênero**

■ Ocorre na capital, de hoje (23) a quarta-feira (25), a 1.ª Jornada Nacional "Mulher Viver sem Violência". O evento, promovido pela Universidade Positivo e parceiras, contará com a presença da bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes e por Juliana de Faria, feminista idealizadora da campanha "Chega de fiu-fiu". Mais de 1,4 mil pessoas já se inscreveram para o evento. Maria da Penha – cuja luta originou a Lei 11.340 – faz a palestra de abertura hoje, no Shopping Estação, a partir das 19 horas.

22 NOV 2015

GAZETA DO POVO

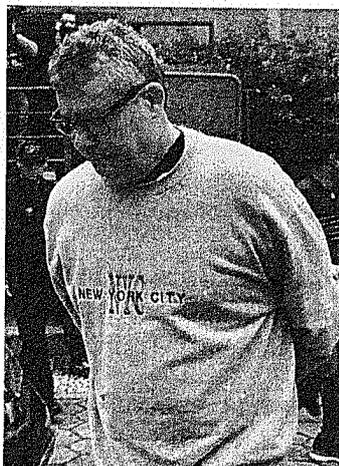
Katna Baran

A semana da Lava Jato

Chegou a vigésima

A semana da Operação Lava Jato começou quente. Logo na segunda-feira (16), a Polícia Federal deflagrou a 20ª fase da investigação, com foco em um novo operador do esquema e ex-funcionários da Petrobras. Entre os alvos da nova fase está a compra da Refinaria de Pasadena, nos EUA, que teria causado prejuízo de US\$ 792 milhões à Petrobras. Foram cumpridos dois mandados de prisão: do ex-gerente da área Internacional da Petrobras Roberto Gonçalves e do operador **Nelson Ribeiro (foto)**. Na sexta-feira (20), o juiz Sergio Moro decidiu prorrogar em cinco dias a prisão de ambos. Gonçalves nega envolvimento com o esquema. Já a defesa de Ribeiro alega que ele tem interesse em fechar um acordo de colaboração premiada.

Aniele Nascimento / Gazeta do Povo



Doação enganosa

Em depoimento na quinta-feira (19), o deputado federal Paulo Teixeira (PT-RS) disse que a doação eleitoral que recebeu para a campanha de 2014 da Engevix, envolvida na Lava Jato, foi "um engano". Ele recebeu R\$ 190 mil em 2014, por meio do Diretório Nacional do partido. Teixeira disse ao juiz Sergio Moro que a doação foi trocada, mas afirmou não se lembrar qual era a empresa doadora original.

Delação bomba

A divulgação de trechos da delação premiada do operador Fernando Baiano fez tremer grandes autoridades. Ele disse que ouviu falar que o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli sabia sobre "acertos políticos" relacionados a propinas em contratos da refinaria de Pasadena. Baiano também revelou o papel do empresário Gregorio Marin Preciado no episódio. Preciado é casado com uma prima do senador José Serra (PSDB-SP) e ajudou em campanhas eleitorais de tucanos.

Para completar, Baiano disse ter pago entre US\$ 1 milhão e US\$ 1,5 milhão ao senador Delcídio Amaral (PT-MS) por meio de um amigo de infância do petista.

Recompensa

Depois de colaborar com as investigações, Baiano teve sua recompensa: na quarta-feira (18), depois de um ano preso, ele passou a cumprir a pena em regime de prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Ele deve ficar nesse regime por um ano.

Gastou demais

Laudo da Polícia Federal anexado ao inquérito do STF que trata da Lava Jato aponta que os gastos do senador Fernando Collor (PTB-AL) com cartão de crédito entre 2011 e 2013 são incompatíveis com a renda declarada por ele à Receita. As faturas somaram R\$ 3 milhões, sendo que seu salário de senador somou no período R\$ 700 mil. O laudo também revela que quatro carros de luxo de Collor, no valor total de R\$ 6,2 milhões, foram adquiridos em parte com dinheiro suspeito de ser propina do esquema.

Manobrando

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), usa de todas as manobras para se livrar da representação no Conselho de Ética por suposto envolvimento no caso da Lava Jato. Na quinta (19), ele considerou nula a sessão do Conselho em que seria apresentado o relatório favorável ao seu processo de cassação, o que revoltou parlamentares de vários partidos. Cunha disse ser vítima de golpe por parte de alguns parlamentares petistas e chamou de "aberração" a sessão informal do grupo.

22 NOV 2015

GAZETA DO POVO

FRASE

“A concepção da urna eletrônica foi acabar com a intervenção humana. A intervenção humana não deixa rastros. A intervenção tecnológica deixa rastro e é possível de ser auditado.”

Dias Toffoli, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

21 NOV 2015

GAZETA DO POVO

PR aplica multa de R\$ 725 mi a empresas da Publicano

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI

As forças-tarefas 1 e 2 criadas pela Receita Estadual para revisar as fiscalizações feitas por auditores fiscais réus nas ações penais da Operação Publicano já acumulam R\$ 725 milhões em multas aplicadas às empresas. O valor inclui impostos sonegados, multas e acréscimos legais exigidos.

A informação foi confirmada pela Secretaria da Fazenda. Há um mês foi criada

DELAÇÃO

Réu em 10 das 32 ações penais sobre a exploração sexual de adolescentes em Londrina, Antônio Crippa Neto já considera a possibilidade de fazer um acordo de delação premiada com o Ministério Público. Crippa Neto tem sido denunciado por suposto agenciamento de adolescentes, o que ele nega. Ele responde ao processo em liberdade, mas é monitorado por tornozeleira eletrônica. Um acordo de delação premiada ajudaria o MP a ampliar as investigações.

a força-tarefa 3, que está revisando as fiscalizações.

A Operação Publicano foi deflagrada em 20 de março, pelo Caeco de Londrina, braço do Ministério Público, com prisões de auditores fiscais, empresários e contadores acusados de formar uma "organização criminosa" cujo objetivo era facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina. Até o momento, 62 auditores fiscais estão respondendo a processos disciplinares que podem resultar na pena máxima, que é a demissão ou a cassação das aposentadorias.

Comparação

O valor que o Paraná tenta reaver por conta das irregularidades atribuídas aos 62 auditores fiscais daria para manter o órgão que começou as investigações por um ano.

TC analisa contas de Richa no dia 26; MPC recomenda a rejeição

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná vai analisar na quinta-feira (26) a prestação de contas do governo do estado de 2014. Na análise, os conselheiros emitirão parecer recomendando a aprovação, a rejeição ou a aprovação com ressalvas – cabendo à Assembleia Legislativa tomar a decisão final. O processo será relatado pelo conselheiro Durval Amaral, ex-secretário-chefe da Casa Civil do governador Be-

to Richa (PSDB). Neste ano, o trâmite da prestação de contas foi mais polêmico do que nos anteriores. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) recomendou a rejeição das contas, indicando 26 irregularidades, incluindo uma suposta pedalada fiscal, e pediu o afastamento do relator do caso por sua ligação com o governador. Por 5 votos a 1, Amaral foi mantido como relator. Outros dois pareceres, da Diretoria Jurídica e da Diretoria de Contas Estaduais do TC, recomendam que as contas do governo sejam aprovadas com ressalvas.

21 NOV 2015

GAZETA DO POVO

No curto prazo, decreto sobre doação de estatais a fundo da infância tem efeito reduzido

Rosana Felix

■ A determinação para que as empresas estatais do Paraná apliquem 1% do seu imposto de renda devido no Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA) e no Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (Fipar) vai ter efeito reduzido no curto prazo, mas deve garantir a manutenção dos recursos para o futuro. A medida, que deve constar de decreto do governador Beto Richa (PSDB), já é praticada pelas maiores empresas com participação do estado: Copel e Sanepar.

Impacto

A Copel informou que nos últimos anos tem aplicado, em média, R\$ 1 milhão no FIA, correspondente a 1% do imposto de renda devido. Em 2014, quando a companhia teve lucro recorde de R\$ 1,3 bilhão, o repasse também subiu. Foram destinados R\$ 2,2 milhões a nove projetos cadastrados no FIA. A transferência de 1% do imposto (R\$ 2,1 milhões) também foi feita atendendo à Lei do Idoso. O projeto contemplado foi do Hospital Erasto Gaertner.

A Sanepar informou que, em 2015, vai repassar aproximadamente R\$ 600 mil para três projetos cadastrados no FIA: Karatê no Cense, Mantendo a Solidariedade e as etapas regionais e estadual da Conferência da Criança e do Adolescente.

Como funcionará

Com o decreto do governo estadual, o dinheiro será repassado diretamente aos fundos, que são geridos por conselhos estaduais, com representação governamental e da sociedade. Atualmente, qualquer pessoa física ou jurídica que queira fazer uma doação (de 5% e 1% do imposto de renda devido, respectivamente), pode escolher entre encaminhar os recursos para o fundo ou apoiar diretamente algum projeto credenciado pelos conselhos.

Além da Copel e Sanepar, também são empresas estatais a Celepar, Compagás e Cohapar.

O procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Olympio de Sá Sotto Maior disse que a proposta de tornar obrigatório o repasse aos fundos estaduais é válida. "Para haver mudança será preciso outro decreto, e não acredito que nenhum governador vá querer fazer alterações em medida tão importante", observa. Segundo ele, o momento é de mais otimismo. "Esperamos que também tenhamos o funcionamento adequado do Conselho da Criança e do Adolescente (Cedca), que ficou com o funcionamento prejudicado pela falta de indicação de conselheiros e tem a responsabilidade de definir o encaminhamento dos recursos", acrescentou.

Confisco revisto

A decisão de regulamentar as doações das empresas estatais para o FIA e o Fipar foi tomada no mesmo dia em que o governo se comprometeu a devolver R\$ 360 milhões do FIA, que tinham sido absorvidos pelo caixa do estado.

Na terça-feira (11) Sotto Maior detalhou o acordo entre MP e governo: os R\$ 205 milhões que já têm destinação definida pelo Cedca retornam imediatamente ao FIA. O restante será devolvido com correção inflacionária, por meio do Fundo da Pobreza ou do caixa único do estado.

21 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Penas da Lava Jato somam 638 anos

| Katna Baran

Novos números da Operação Lava Jato apontam, segundo o Ministério Público Federal (MPF), que, até agora, a soma das penas impostas aos investigados pelo esquema de desvios na Petrobras chega a 638 anos, quatro meses e 15 dias. O último dos 75 condenados foi o ex-deputado federal Luiz Argôlo, que teve pena imposta pelo juiz Sergio Moro de 11 anos e 11 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Os dados do MPF não levam em consideração, porém, os benefícios concedidos a delatores do esquema — até então, conforme o órgão, são 35 acordos de colaboração premiada, 25 deles com pessoas soltas. Outros quatro acordos de leniência

foram firmados entre o MPF e empresas investigadas.

Até agora, o MPF elaborou 35 acusações criminais contra 173 pessoas pelos crimes de corrupção contra o sistema financeiro nacional, tráfico internacional de drogas, formação de organização criminosa, lavagem de bens, entre outros. Segundo a Justiça Federal do Paraná, correm 38 ações penais referentes à Operação Lava Jato — 30 principais e oito desmembradas, envolvendo 167 pessoas.

Os crimes já denunciados, conforme o MPF, envolvem o pagamento de propina de cerca de R\$ 6,4 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão já foram recuperados, R\$ 654 milhões foram repatriados e outros R\$ 2,4 bilhões em bens bloqueados de réus. O valor total do ressarcimento pedido subiu para R\$ 14,5 bilhões.

Ao menos 25 pessoas estão presas e outras 11 cumprem prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica. Cinco acusados cumprem medidas cautelares.

Moro prorroga prisões de dois presos da última fase da operação

O juiz Sergio Moro prorrogou as duas prisões da 20.ª fase da Operação Lava Jato, deflagradas na última segunda-feira (16). Atendendo a pedidos da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF), Moro determinou que o ex-gerente da área internacional da Petrobras Roberto Gonçalves e o operador Nelson Ribeiro permaneçam mais cinco dias detidos na sede da Superintendência da PF,

em Curitiba.

Ambos também foram ouvidos por delegados da PF na sexta-feira (20). Gonçalves prestou depoimento pela manhã e negou qualquer envolvimento com o esquema na Petrobras. Conforme o MPF, ele recebeu vantagem indevida em contratos da Petrobras em contas no exterior.

À tarde, Ribeiro ficou calando em seu depoimento na PF. O advogado dele, Rafael de Castro Alves Medina, declarou que a estratégia foi adotada diante de um interesse do investigado em fechar um acordo de delação premiada. **(KB)**

21 NOV 2015

GAZETA DO POVO

PPS e Rede irão à Justiça contra Cunha

Partidos pedirão afastamento do parlamentar da presidência da Câmara por interferir no processo que pede a cassação do mandato dele

BRASÍLIA

Das agências

O PPS anunciou, na sexta-feira (20), que vai entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara dos Deputados. Já a Rede Sustentabilidade pretende ingressar com uma representação na Procuradoria-Geral da República pedindo que ela requeira o mesmo ao STF.

Líder do PPS, o deputado paranaense Rubens Bueno afirmou que Cunha vem se utilizando das prerrogativas do cargo para postergar o andamento do processo contra

ele no Conselho de Ética. “Desde 10 de outubro, estamos pedindo que ele se afaste do cargo de forma espontânea, mas Cunha insiste em permanecer”, criticou. “O afastamento é necessário para que episódios lamentáveis – como a manobra para impedir a votação do parecer contra ele – não voltem a ocorrer e o julgamento ocorra normalmente.”

A ação que será protocolada na terça-feira (24) pedirá o afastamento de Cunha da presidência durante o período em que estiver em curso o processo no Conselho de Ética.

Judicialmente

Além do PPS, a Rede, partido de Marina Silva, também tentará afastar Cunha do cargo judicialmente. De acordo com o deputado Alessandro Molon (RJ), líder do partido na Câmara, o objetivo é assegurar que o Conselho de Ética da Câmara possa funcionar “livre de qualquer tentativa de interferência” da presidência da Casa.

Com esses anúncios, serão três os pedidos de afastamento de Cunha. Há quase um mês, o vice-líder do governo e adversário do peemedebista,

OAB

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, informou que a entidade vai acionar a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados exigindo celeridade no julgamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ). “A população não pode ser presidida por alguém com tantos problemas legais”, defendeu.

Silvio Costa (PSC-PE), também recorreu à PGR para forçar a saída dele do cargo. Na ocasião, Costa apontou o uso indevido da função para retardar o pedido de investigação do PSole da Rede.

O próprio Conselho de Ética também estuda a possibilidade de pedir o afastamento preventivo de Cunha. A decisão será tomada após votação do relatório prévio contra ele.

Tucano

Também nesta sexta (20), o senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que Eduardo Cunha “perdeu as condições de conduzir” a Câmara Federal.

21 NOV 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Teto salarial

O STF, contrariando texto constitucional, que estabelece que "nenhum servidor pode sofrer redução salarial", determinou que nenhum servidor pode receber gratificações que extrapolem o teto de ministro, incluindo os adicionais por tempo de serviço, que é uma gratificação recebida para compensar os anos trabalhados pelos servidores de carreira. Ocorre que a magistratura incorporou essas verbas no salário quando da criação do subsídio, não sendo atingida por essa decisão, mantendo ainda fora do teto as verbas imorais recebidas a título de auxílio-moradia, etc. Só os servidores de carreira serão atingidos com a nova medida. Mexem no bolso dos outros, quero ver mexerem no próprio bolso.

Luiz A. Trevisan

NESSA GAZETA DO POVO

Força-tarefa cívica

Dias desses, o procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol pegou o avião e sentou ao lado de uma simpática senhora. Ela olhou o jovem de 36 anos e disse: "Você não é aquele menino da Lava Jato? Olha, muito bonito o trabalho, mas isso aí não vai dar em nada. Já vivi e vi muita coisa. O Brasil não tem jeito". A história foi contada pelo próprio ao abrir a palestra que lotou a sede social do Graciosa Country Club na quinta-feira, a convite do ciclo Pensando o Brasil, com o tema "A sociedade contra a corrupção". Coordenador da Força-tarefa da Operação Lava Jato, Dallagnol disse aos presentes que, apesar das dúvidas sobre o destino dos investigados, ele decidiu não desistir do Brasil e que por pouco não deixou o MP para se dedicar exclusivamente à vida acadêmica. A Lava Jato lhe deu novo ânimo.

Força-tarefa cívica 2

Deltan Dallagnol afirmou que o Brasil está diante de uma grande janela de oportunidade para enfrentar a corrupção, pois há um sentimento de esperança. "As pessoas estão sensibilizadas, mas para que o país consiga combater este mal endêmico não basta o sucesso parcial e a mobilização que a Operação Lava Jato vem alcançando. É preciso a participação de toda a população no sentido de cobrar as mudanças necessárias", apontou. Para ele, a operação que coordena não será suficiente para mudar o país. "Estamos tratando um tumor, mas retirá-lo de nada adianta quando todo o sistema é cancerígeno. Ele continua gerando outros tumores. A impunidade é um grande mal que alimenta este sistema perverso. A cura só ocorrerá com maior participação de toda a sociedade na democracia", pregou.

21 NOV 2015

Força-tarefa cívica 3

Por essa razão, o jovem procurador federal decidiu liderar a campanha que busca coletar 1,5 milhão de assinaturas para gerar um projeto de lei de iniciativa popular destinado a levar ao Congresso Nacional um pacote de dez medidas contra a corrupção. A principal delas é endurecer as punições contra os crimes de colarinho branco. "Por ano calcula-se que R\$ 200 bilhões são tragados pelos corruptos. Não é mais admissível que as punições sejam tão brandas e que a lei permita tantas prescrições e manobras. Temos hoje um cenário que favorece a corrupção e estamos tentando mudar isso, virar o jogo", ponderou.



Ao final da palestra, Dallagnol convidou o público a participar da campanha, no que foi prontamente atendido. Um espaço montado pelo MPF no salão de entrada do clube coletou assinaturas de sócios e demais presentes. Foi aplaudido de pé pelo salão lotado.



O coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, com a diretora cultural do Graciosa Country Club, Liana Leão, na concorrida palestra que deu quinta-feira com o tema "A Sociedade Contra a Corrupção".

21 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Réus da Voldemort serão ouvidos na segunda-feira

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em três dias de audiências, 18 testemunhas de defesa e de acusação no processo da Voldemort foram ouvidas perante o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio. Ontem, foram ouvidas sete pessoas, sendo quatro policiais militares.

Ao todo, o Ministério Público e os advogados dos sete réus tinham arrolado 26 pessoas que moram em Londrina (mais uma dezena de testemunhas que moram em outras comarcas e serão ouvidas em suas comarcas por carta precatória), mas, oito acabaram sendo dispensadas.

O processo apura suposta fraude na contratação da oficina mecânica Providence, de Cambé, que, de fato, pertenceria ao parente distante do governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi Antoun, e ao seu sócio Roberto Tsunedá. O mecânico Ismar Ieger seria um "laranja".

À exceção de Ieger, os outros réus não compareceram para as audiências realizadas entre quarta-feira e ontem. Cinco deles (Abi, Ieger, Tsunedá, José Carlos Lucca e Ricardo Baptista, que moram em Londrina) serão interrogados na segunda-feira, a partir das 13h30. Os dois que moram em Bandeirantes e Curitiba (Paulo Midauar e Ernani Delicato) serão ouvidos por carta precatória em 26 de novembro e 16 de dezembro.

21 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Paraná tem média de 6,47 homicídios dolosos por dia

Houve queda de 7,02% nas ocorrências entre janeiro e setembro deste ano em relação ao mesmo período de 2014

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O Paraná registrou 1.749 homicídios dolosos (quando há intenção de matar) de janeiro a setembro de 2015, o que significa uma média de 6,47 ocorrências por dia. Os dados, divulgados ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), representam uma redução de 7,02% em relação ao mesmo período do ano passado. Na região de Londrina, a queda chegou a 41,47%. Foram 58 assassinatos, contra 99 no terceiro trimestre de 2014.

Além da cidade-sede (37 situações), os dados englobam Cambé (10), Ibiporã (9), Jataizinho (0) e Tamarana (2), integrantes da 20ª Área Integrada de Segurança Pública (Aisp). Em mais da me-

tade das 23 Aisps paranaenses também houve decréscimo. São os casos da Capital (-21,51%), de Ponta Grossa (-20%), Guarapuava (-22%), Laranjeiras do Sul (-38%), Francisco Beltrão (-23%), Cascavel (-14%), Foz do Iguaçu (-11%), Toledo (-21%), Campo Mourão (-35%), Maringá (-15%) e Telêmaco Borba (-2%).

Por outro lado, 11 áreas apresentaram mais crimes desta natureza. Entre elas estão Apucarana, que passou de 18 homicídios dolosos para 35 (um acréscimo de 94,44%), e Cornélio Procopio, que registrou 17 nos primeiros nove meses de 2014 e 30 em 2015 (+76,47%). As demais são a Região Metropolitana de Curitiba (+10,88%), o Litoral (+18,46%), São Mateus do Sul (+50%), União da Vitória (+15,38%), Pato Branco (+14,29%), Umuarama (+8,89%), Paranavaí (+10,20%), Rolândia (+35%) e Jacarezinho (+6,25%).

AVALIAÇÃO

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil (PC), Julio Cezar dos Reis, os resultados são os melhores verificados nos últimos seis anos, quando houve 2.490 assassinatos no Estado (-30%). “Nesse período, foram implementadas várias ações

conjuntas entre a Polícia Militar (PM) e a Civil. Em Londrina, por exemplo, a Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc) tem sido bastante atuante e, via de regra, a repressão ao tráfico reflete nos homicídios”, contou. Ele também destacou que o índice de elucidação de crimes na cidade é de 80% e, em Cascavel, de 90%. Outro ponto destacado foi o trabalho realizado na fronteira, sobretudo em Foz do Iguaçu, para impedir a entrada de entorpecentes.

Já em relação aos municípios onde o número de ocorrências cresceu, Reis disse que pretende reforçar a atuação, para reverter o quadro já ao final deste ano. “Na última formação agora na Escola de Policiais, destacamos um número maior para a RMC. Na área de Cornélio e Apucarana também intensificamos as ações, principalmente de repressão ao tráfico”, afirmou. O delegado-geral argumentou ainda ser difícil estabelecer uma baixa em todas as regiões. “Uma ou outra acaba sofrendo aumento. O importante é adotar medidas para que isso se altere.”

21 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

OAB vai pedir celeridade ao Conselho de Ética

Luciano Coelho,
especial para AE

alguém com tantos problemas legais”, afirmou Marcus Vinicius.

Teresina - O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, informou ontem, em Teresina, que a Ordem vai acionar a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados exigindo celeridade no julgamento do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). “A OAB vai entrar firme e forte exigindo que a Comissão de Ética se reúna, sem protecionismo e sem rinhas, para julgar e cassar o mandato de Eduardo Cunha, porque a população não pode ser presidida por

Segundo ele, o atual sistema eleitoral estimula a corrupção. “A cada ano os gastos aumentam e entramos no Supremo Tribunal Federal porque a corrupção administrativa começa na corrupção eleitoral. O sistema eleitoral brasileiro hoje estimula a corrupção. É caixa dois, sobra de campanha. O que justifica, por exemplo, um candidato pagar R\$ 70 milhões a um marqueteiro? Isso, com certeza, vai diminuir a corrupção. E essa é a função da OAB. Acabar com as causas”, pontuou o presidente.

INFORME

Moro prorroga prisão temporária da última fase da Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, prorrogou ontem por mais cinco dias as prisões temporárias do ex-gerente da Petrobras Roberto Gonçalves e do suposto operador de propina Nelson Martins, presos na última fase da Operação Lava Jato, deflagrada na última segunda-feira. Moro entendeu que a Polícia Federal precisa de mais tempo para analisar o material apreendido e submeter os elementos encontrados ao final do prazo para a Justiça decidir sobre a soltura ou manutenção da prisão. Delatores acusam Gonçalves de ter recebido propina enquanto trabalhava na Petrobras, em contas secretas no exterior. Além disso, rastreamos contas secretas de Martins e transferência delas a contas do ex-diretor Paulo Roberto Costa, também delator da Lava Jato. “Nesse contexto, a prudência recomenda a prorrogação da temporária”, escreveu Moro na decisão. Essa última fase da Lava Jato se concentra na atuação de Nelson Martins e em desvios na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

22 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Publicanos aposentados

Mais dois auditores da Receita Estadual de Londrina acusados de integrar a organização criminosa desbaratada pela Operação Publicano protocolaram pedido de aposentadoria ao Conselho Superior de Auditores Fiscais (Csaf). Na sessão do último dia 17, os processos foram distribuídos entre os conselheiros, que fazem a análise prévia para posterior votação pelo colegiado. Os auditores são Luís Cláudio Depes Eiras e Marcelo Müller Melle, empossado delegado-chefe de Londrina após a queda de José Luiz Favoreto, preso por envolvimento em exploração sexual de adolescentes em janeiro deste ano.

Deferimento

Ao que tudo indica o Csaf vai deferir os pedidos. Em 1º de setembro, os conselheiros aprovaram a aposentadoria de quatro auditores réus na Publicano e de um réu na Operação Papel. Tanto aqueles como estes dois começaram a responder processo administrativo disciplinar (PAD) em razão do envolvimento com o esquema de corrupção e sonegação fiscal. O Csaf alega que caso venham a sofrer pena de demissão do serviço público, as aposentadorias seriam cassadas, conforme prevê o estatuto da categoria.

Objecção

O promotor de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, Renato de Lima Castro, se opõe à concessão do benefício aos investigados e, nas ações de improbidade da Publicano, tem pedido a cassação das aposentadorias. “A aposentadoria deve ser extirpada para o agente público que praticou fato ímprobo e criminoso contra o Estado”, declarou Castro à FOLHA em setembro.

22 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Recadastramento biométrico

O Tribunal Regional Eleitoral continua realizando a revisão biométrica no Paraná. Dos 7.864.695 eleitores paranaenses, 30% já fizeram a biometria. O recadastramento biométrico foi dividido em etapas. A fase 1 contemplou 20% do eleitorado estadual, o que corresponde a 1.523.057 de cidadãos. Algumas cidades tiveram o prazo prorrogado. Ainda podem fazer o recadastramento, os habitantes de Almirante Tamandaré, Pinhais, Campo Magro, Cambé, Toledo, Ouro Verde do Oeste, Lindoeste e Santa Tereza do Oeste e São Pedro do Iguçu, até 30 de novembro. Colombo, Paranaguá, Apucarana, Cambira, Nova Itacolomi, Guarapuava e Campina do Simão até dezembro. Cascavel e Ponta Grossa, com prazo estendido até janeiro.

Segunda fase

Já a segunda fase compreenderá 14 municípios, totalizando 725 mil eleitores, aproximadamente 10% do eleitorado do Estado. Já podem fazer revisão biométrica os moradores de Araucária, Campo Mourão, Farol, Luiziana, Janiópolis, Fazenda Rio Grande, Agudos do Sul e Mandirituba, Foz do Iguçu, Santa Terezinha do Iguçu, Lapa, Contenda, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul. Para o recadastramento, o eleitor precisa agendar atendimento pelo <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/agenda-biometria/agendamento-de-atendimento-ao-eleitor>.

Documentos

Ao fazer o recadastramento, o eleitor deve levar um documento público de identidade original com foto (identidade, carteira de trabalho e previdência social, carteira profissional, passaporte modelo antigo ou carteira de motorista), comprovante de domicílio eleitoral no município datado a menos de um ano, que comprove sua residência ou que demonstre seu vínculo profissional ou econômico, patrimonial (pela propriedade) ou seu vínculo comunitário no município, como contas de luz, água ou telefone, notas fiscais etc. Ao fim do processo, 60 municípios paranaenses estarão com o eleitorado revisado biometricamente para as eleições de 2016. A meta é alcançar a marca de 55% dos eleitores.

23 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Grupo inicia campanha contra Estatuto da Família

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Existe uma definição para família nos dias atuais? Muitos diriam que não, mas para boa parte do Congresso Nacional que defende ferrenhamente uma agenda conservadora nas discussões em Brasília, parece que a estrutura "tradicional" é imutável, ou seja, um homem, uma mulher e seus filhos. O texto exclui, por exemplo, não somente casais homoafetivos, mas também pais e mães solteiros, tios que criam sobrinhos e avós que criam netos.

Para tanto, está avançando no Legislativo o projeto de lei que cria o Estatuto da Família (Projeto de Lei n.º 65381/13). A proposta foi aprovada em comissão especial em outubro e aguarda votação de recurso em plenário impetrado por alguns deputados contrários ao texto.

Teoricamente, mesmo que esse projeto de lei seja aprovado, uma decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou que pessoas do mesmo sexo também podem se unir juridicamente, com os mesmos direitos e deveres de outros casais, continua a valer. Mas com a aprovação do Estatuto o que deve ocorrer é uma briga política para questionar a determinação do Supremo e tentar validar a lei da Câmara.

Com o intuito de discutir a questão e iniciar uma mobilização pedindo a revogação da proposta, o Grupo Dignidade, uma organização não-governamental que atua na

promoção dos direitos humanos da comunidade LGBT, lança no dia 8 de dezembro a campanha "Família É Amor". A ideia é conseguir o maior número de assinaturas possível por meio de uma petição online (www.familiaeamor.com.br) para pressionar o Congresso a retirar o Estatuto da pauta de votações.

Para incentivar a discussão sobre o assunto, a entidade está convocando os interessados a tirarem fotos de sua família (seja ela como for) para compartilhar nas redes sociais com a hashtag #FamíliaEAmor. Durante a tarde de ontem, no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba, o Grupo Dignidade iniciou a busca por assinaturas à petição digital. Algumas famílias que estava no local também gravaram depoimentos incentivando a causa.

Para o britânico David Harrad, de 57 anos, que é companheiro do presidente do Grupo Dignidade, Toni Reis, de 50, o estatuto é mais um fenômeno de desrespeito às pessoas. Ele e os três filhos adotivos do casal, Alyson, de 14, Jéssica, de 11, e Felipe, de 9, participaram do ato no MON.

"A Constituição diz que todos são iguais perante a lei e agora cria-se um estatuto que diferencia os diversos tipos de família. O Censo de 2010 mostra que 25% das famílias não entram na definição prevista por esta proposta", destacou. "Determinados parlamentares estão legislando ou tentando legislar em cima de convicções pessoais

e não sobre as normas constitucionais", completou.

A psicóloga Débora Hall, de 53 anos, e a artista plástica Fafa Collins, de 63, se conheceram por meio de um site de relacionamento da internet e já estão juntas há 15 anos. Elas contaram que já são casadas legalmente nos Estados Unidos (Fafa é norte-americana), e que agora pretendem efetivar a relação no Brasil até o final do ano. "É um absurdo alguém querer derrubar a decisão do STF. A gente já tem o direito de casar, como isso não configura uma família?", questiona Débora.

20 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Manobra é lastimável, diz ministro do STF

Para Marco Aurélio Mello, Cunha deveria, num gesto de 'grandeza', sair de forma espontânea da presidência da Casa

Intelectuais, juristas e a OAB criticaram as articulações do presidente da Câmara para evitar a cassação

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello defendeu nesta quinta-feira (19) o afastamento espontâneo do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que é alvo de processo de cassação no Conselho de Ética da Casa e investigado no tribunal por suspeita de participação no esquema de corrupção na Petrobras. Para o ministro, a saída de Cunha representaria um gesto de grandeza e melhora o cenário de crise que o país enfrenta.

“Nós precisaríamos aí de uma grandeza maior para no contexto haver o afastamento espontâneo. Quem sabe até a renúncia ao próprio mandato”, disse o ministro.

Pelas regras da Câmara, o afastamento de Cunha é uma decisão pessoal. Investigadores da Lava Jato, no entanto, reúnem indícios que apontariam que Cunha utilizou o cargo para atrapalhar as investigações. Se isso for comprovado, a Procuradoria deverá formalizar ao STF o pedido de afastamento do deputado do cargo.

Para Marco Aurélio, não se pode admitir ações que impeçam o funcionamento de um órgão da Casa Legislativa.

“É lastimável o que estamos presenciando porque se aguarda daqueles que ocupam cargos importantes (...), postura exemplar”, disse.

A manobra de Cunha para atrasar a análise do processo de cassação de seu mandato também causou reações duras de intelectuais e da OAB.

Livre docente aposentado da Faculdade de Direito da USP, o constitucionalista José Afonso da Silva disse que, no caso de manobras regimentais como a utilizada nesta quinta (19), caberia à própria Câmara tomar providências para afastá-lo.

O presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtao Coêlho, afirmou que a sociedade espera celeridade no desfecho do caso.

“A OAB exige o funcionamento das instituições com rapidez e que a Comissão de Ética da Câmara e o STF possam pautar essa matéria com rapidez e tomar as providências de forma imparcial, sem qualquer tipo de pressão”, disse Coêlho.

Já para Aldo Fornazieri, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a atuação de Cunha é “inaceitável do ponto de vista político e moral” e deveria ser alvo de uma ação por parte da Justiça.

“Dada a gravidade das acusações, o fato de o Judiciário não tomar nenhuma medida para o afastamento dele mostra uma conivência”, criticou.

O cientista político Humberto Dantas, do Insper, responsabiliza os demais deputados e o Executivo —que têm dado sustentação a Cunha— pela situação na Casa. “Tão absurdo quanto usar sua posição de destaque para se defender pessoalmente é ter como coniventes os seus pares”, afirmou. (MÁRCIO FALCÃO, REYNALDO TUROLLO JR. E GRACILIANO ROCHA)

20 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF nega pedido de Del Nero para não ser preso

O Supremo Tribunal Federal negou nesta quinta-feira (19) o pedido de habeas corpus feito pelo presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Marco Polo Del Nero.

Na semana passada, Del Nero entrou com o pedido para que não seja preso e que possa ficar calado em um futuro depoimento na CPI do Futebol, no Senado.

A sua solicitação, que foi feita por três advogados, entre eles o da CBF, Carlos Eugênio Lopes, estava com o ministro Gilmar Mendes, que classificou a medida como “incabível”.

Pelas redes sociais, o senador Romário (PSB-RJ), que preside a CPI, afirmou que a decisão de Mendes “reforça o trabalho da CPI do Futebol” e que questionar a legalidade dos trabalhos “é desrespeitoso com os senadores que estão empenhados em contribuir com o futebol brasileiro”.

Investigações feitas pela Justiça americana indicam que Del Nero dividiu propina paga pela Traffic com José Maria Marin, ex-presidente da CBF, extraditado pela Suíça e em prisão domiciliar nos EUA, desde o início de novembro.

Não há prazo para que a CPI chegue a uma conclusão, principalmente porque a equipe quer cruzar os dados fiscais e bancários de Del Nero, recebidos em setembro, com os contratos da CBF que também foram solicitados.

(CAMILA MATTOSO)

20 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Consciência negra e desenvolvimento

MAURÍCIO PESTANA

Há mais de 500 anos um fato importante aconteceu na história da humanidade: o início do tráfico negreiro da África para as Américas. O Brasil, durante mais de 300 anos, teve toda a sua formação social, econômica e territorial idealizada e produzida a partir desse acontecimento.

A Lei Áurea, de 1888, pôs fim oficialmente à escravidão no Brasil com um enorme atraso. Fomos o último país independente da América Latina a extinguir essa mácula.

Desde então, saímos de uma estrutura predominantemente latifundiária para um país com enorme desenvolvimento tecnológico e industrial, com alta capacidade de produção de bens materiais, o que nos coloca entre as dez mais pujantes economias do planeta.

No entanto, esse desenvolvimento foi incapaz de promover a distribuição igualitária das riquezas. O Brasil registra um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, o que acarreta um enorme agravamento da discriminação racial e do preconceito.

Os negros (somando os autodeclarados pretos e pardos) são a maioria no Brasil, mas estão praticamente excluídos do desenvolvimento econômico, são subutilizados e subvalorizados no mercado,

Os negros são a maioria no Brasil, mas estão excluídos do desenvolvimento econômico, subutilizados e subvalorizados no mercado

mal remunerados e com escasso acesso a empregos qualificados.

No maior país negro fora da África, a população negra, durante quase toda a história recente do país, não teve acesso aos bancos escolares de nível superior. Dados do final do século passado mostram que apenas 2% desses bancos eram ocupados por negros.

Somente no início do século 21 — leia-se, há apenas 15 anos —, o Brasil começou a tomar medidas que reduziram as distâncias entre negros e brancos na educação, processo esse que gerou muito debate em nossa sociedade.

Programas como o Prouni e as cotas raciais, conquistas do movimento negro, começam a reverter esse quadro: atualmente, a parcela das vagas ocupadas por negros nas universidades cresceu para 20%. Essas e outras políticas afirmativas adotadas pelos governos progressistas fizeram com que o Brasil se tornasse um pouco menos desigual.

Ainda que tardiamente, chega-

mos a um patamar de evolução educacional que nos permite discutir de que forma iremos avançar, uma vez que temos o maior número de formandos negros da história.

Com o intuito de responder a questões como essa, a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo convocou um expressivo contingente de empresas do setor privado para discutir com o setor público medidas que pudessem contribuir para a maior inserção dos negros no mercado de trabalho, principalmente em funções estratégicas e bem remuneradas.

Avaliamos em conjunto políticas e ações possíveis que a sociedade pode gerar para um desenvolvimento econômico mais equilibrado.

As comemorações do Dia da Consciência Negra chamam a atenção dos brasileiros para a necessidade de um novo modelo socioeconômico para o país, diferente daquele injusto e excludente do século passado. Precisamos de um projeto de desenvolvimento econômico que envolva a população negra da cidade de São Paulo e do Brasil.

A nação de maior população negra fora do continente africano tem a obrigação de dar exemplo para o mundo. O desenvolvimento só será verdadeiro com a inclusão.

MAURÍCIO PESTANA, 50, é secretário municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

20 NOV 2015

O ex-ministro do STF
Ayres Britto em seu
escritório, em Brasília



CARLOS AYRES BRITTO

“Lei de direito de resposta é
hostil à liberdade
de imprensa

EX-MINISTRO DO STF DIZ QUE NORMA
APROVADA PELO CONGRESSO
TOLHE O DIREITO DE DEFESA DE
VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

GRACILIANO ROCHA
DE SÃO PAULO

20 NOV 2015

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto afirma que a nova lei do direito de resposta é “constitucionalmente duvidosa” porque contém dispositivos que tolhem o direito de defesa de veículos de comunicação.

Artigos da nova lei como o que dá 24 horas para o juiz decidir sobre retratações, mesmo sem ouvir a defesa de quem supostamente ofendeu, ou o que restringe recursos a um colegiado de desembargadores dão margem para questionamentos no STF, afirma o ex-ministro.

Relator das ações que declararam a inconstitucionalidade da chamada Lei de Imprensa (1967) e das restrições ao humor em cartuns no período eleitoral, o ex-ministro crava: “É uma lei hostil à liberdade de imprensa”.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida à **Folha**, por telefone.

Folha - Qual sua avaliação sobre a lei do direito de resposta?

Carlos Ayres Britto - A lei trabalha mal com as categorias constitucionais sobre liberdade de imprensa e direito de resposta. O texto também não compreendeu bem as decisões do Supremo, como o fim da Lei de Imprensa. Ela foi hostil à liberdade de imprensa e de pensamento.

Por quê?

A lei parte de uma presunção equivocada, que é a do abuso da liberdade de imprensa, e não do uso. Ela não é deferente com este valor constitucional maior, que é o da liberdade. É uma lei desconfiada que não cita uma vez sequer a palavra pensamento. Vários dispositivos parecem, para dizer o mínimo, de constitucionalidade duvidosa.

Quais?

O artigo 7º afirma que o juiz, nas 24 horas seguintes à citação, tenha ou não se manifestado o responsável pelo veículo de comunicação, poderá deferir o direito de resposta em até 10 dias se tiver “justificado receio” de ineficácia do provimento final. Ou seja, sem ouvir a parte contrária, e “justificado receio”, como está no texto, convenhamos, é muito subjetivo. Outro problema é que a lei elimina a possibilidade de um juízo monocrático no âmbito dos tribunais. Os defeitos pontuais parecem muitos, do ponto de vista da constitucionalidade.

Quando cita o direito de resposta, a Constituição diz que ele deve ser proporcional. O que isso significa?

O direito de resposta deve ser necessariamente proporcional à ofensa, mas a lei não trabalha com a categoria da proporcionalidade.

Na prática, qual o efeito disso?

Do jeito que foi aprovado, o texto permite, por exemplo, que se quatro pessoas se sentirem agravadas em uma notícia de televisão, cada uma delas pode pedir e obter o mesmo direito individual na mesma extensão [da reportagem] como resposta. A proporcionalidade foi ignorada pela lei, o que é grave.

21 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO PAINEL DO LEITOR

Direito de resposta

O ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto, em mais uma peça de ambiguidade que desnorteia o cidadão comum, não versado em salamaleques jurídicos, acrescenta que o dispositivo aprovado é constitucionalmente duvidoso (“Lei do Direito de Resposta é hostil à liberdade de imprensa”, “Poder”, 20/11). Sem entrar no mérito do conteúdo sancionado, o mesmo cidadão tem o direito de questionar o significado da expressão “constitucionalmente duvidoso”. Será a constituição duvidosa a respeito da liberdade de imprensa?

PAULO ROBERTO GOTAC (Rio de Janeiro, RJ)

21 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

BORRACHA FISCAL

A Secretaria da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, entrou na lista das que podem ser extintas no embalo do ajuste fiscal, que fundiu pastas e pretende diminuir o tamanho da máquina de administração direta do governo. Outros órgãos de segundo escalão devem ser também riscados do mapa em breve.

VAZIO

A hipótese, ainda não anunciada, já enfrenta resistência entre advogados e juristas, especialmente os que se envolveram com a criação do órgão, na gestão de Márcio Thomaz Bastos. Os ex-secretários Sergio Renault, Flávio Caetano e Pierpaolo Bottini dizem lamentar a medida, por entenderem que será “desperdiçado importante espaço de articulação do governo com o Judiciário”.

CHEIO

Entre as realizações da secretaria está a sugestão da lei que permite que atos civis como inventários e separações consensuais que não envolvem interesse de menor, por exemplo, sejam oficializadas em cartórios, desafogando o Judiciário.

MEIO TERMO

A ideia que circula no Ministério da Justiça é extinguir a secretaria, preservando a função, que ganharia outro status.

22 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ações visam cassar licenças de rádio e TV de 40 congressistas

Ministério Público fala em desrespeito à
Constituição e conflito de interesses

**Aécio, Collor, Agripino,
Jader e Tasso Jereissati
estão entre os alvos;
órgão também pede
condenação da União**

RICARDO MENDONÇA
EDITOR-ADJUNTO DE "PODER"

O Ministério Público Federal, por meio de suas sedes estaduais, promete desencadear ações contra 32 deputados federais e oito senadores que aparecem nos registros oficiais como sócios de emissoras de rádio ou TV pelo país.

Entre os alvos da iniciativa inédita — lançada com aval do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e coautoria do Coletivo Intervozes —, estão alguns dos mais influentes políticos do país, como os senadores Aécio Neves (MG), presidente do PSDB, Edison Lobão (PMDB-MA), José Agripino Maia (DEM-RN), Fernando Collor de Mello (PTB-AL), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Na Câmara, devem ser citados deputados como Sarney Filho (PV-MA), Elcione Barbalho (PMDB-PA), ex-mulher de Jader, Rodrigo de Castro (PSDB-MG) e Rubens Bueno (PR), líder do PPS na Casa.

No Ministério das Comunicações, todos eles constam como sócios de emissoras.

Baseado em dispositivo da Constituição que proíbe congressista de “firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público” (Art. 54), a Procuradoria pedirá suspensão das concessões e condenação que obrigue a União a licitar novamente o serviço e se abster de dar novas outorgas aos citados.

No total, os 40 parlamentares radiodifusores aparecem como sócios de 93 emissoras.

A primeira leva de ações foi protocolada em São Paulo na quinta-feira (19) contra veículos associados aos deputados Antônio Bulhões (PRB), titular de concessões de rádios em Santos, Gravataí (RS), Olinda (PE) e Salvador; Beto Mansur (PRB), com rádios em Santos e São Vicente; e Baleia Rossi (PMDB), vinculado a duas rádios no interior paulista.

Nas peças (ações civis públicas), quatro procuradores e o advogado Bráulio de Araújo, do Intervozes (entidade que milita na área de comunicação), citam o caso do ex-deputado Marçal Filho (PMDB-MS), condenado no STF (Supremo Tribunal Federal) por falsificação do contrato social de uma rádio.

Conforme o acórdão do STF (documento da decisão final), Marçal falsificou papéis justamente para omitir a condição de sócio da emissora. No processo, os ministros Roberto Barroso e Rosa Weber fizeram considerações sobre o artigo 54 da Constituição, o mesmo evocado agora contra parlamentares radiodifusores.

Barroso disse que a norma “pretendeu prevenir a reunião de poder político e controle sobre veículos [...], com os riscos decorrentes do abuso”.

Weber afirmou que “há um risco óbvio na concentração de poder político com controle sobre meios de comunicação de massa” e que, sem a proibição expressa na Constituição, “haveria risco de que o veículo, ao invés de servir para o livre debate e informação, fosse utilizado apenas em benefício do parlamentar”.

Ela lembrou ainda que “tal distorção” foi reconhecida pelo próprio ex-deputado Marçal no processo, quando afirmou que resolveu virar sócio da rádio em seu Estado porque “não teve mais espaço em empresas controladas por seus adversários políticos”.

CONTINUA

22 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CONFLITO

Outro argumento das ações da Procuradoria é o do conflito de interesses. Os procuradores lembram que cabe ao Congresso apreciar atos de outorga e renovação de concessões. Conclui então que congressistas radiodifusores “estarão propensos” a votar sempre pela aprovação para não prejudicar futuras análises de seus processos.

As peças citam uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de 2011 que deu aval a 38 concessões e 65 renovações em apenas três minutos e com só um deputado presente. Citam ainda casos de políticos que votaram na aprovação de suas próprias outorgas ou renovações.

Bráulio de Araújo afirma que, no futuro, também poderá entrar com ações contra políticos que escondem a propriedade de rádios e TVs em nome de parentes ou laranjas.

Nessa primeira leva, só serão acionados veículos que têm o próprio parlamentar no quadro societário.

Além dos processos da Procuradoria, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental sobre o tema está sendo formulada para ser levada ao STF. Nesse tipo de ação, os ministros não são provocados a condenar ou absolver casos individuais, mas a analisar a situação em geral à luz da Constituição.

CONTINUA

22 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

POLÍTICOS RÁDIO-DIFUSORES

Os 40 deputados e senadores que estão na mira da Procuradoria

 Número de concessões de rádio ou TV em que o parlamentar aparece associado

	 Fernando Collor Senador (PTB)  7		 Elcione Barbalho Deputada federal (PMDB)  5
	 João Henrique Caldas Deputado federal (SD)  7		 Damião Feliciano Deputado federal (PDT)  2
	 Cabuçu Borges Deputado federal (PMDB)  6		 Adalberto Cavalcanti Deputado federal (PTB)  1
	 Félix Mendonça Júnior Deputado federal (PDT)  2		 Gonzaga Patriota Deputado federal (PSB)  2
	 José Nunes Deputado federal (PSB)  1		 Átila Lira Deputado federal (PSB)  1
	 José Rocha Deputado federal (PR)  2		 Júlio César Deputado federal (PSD)  1
	 Tasso Jereissati Senador (PSDB)  2		 Ricardo Barros Deputado federal (PR)  1
	 Aníbal Gomes Deputado federal (PMDB)  1		 Rubens Bueno Deputado federal (PPS)  1
	 Domingos Neto Deputado federal (Pros)  1		 Soraya Santos Deputada federal (PMDB)  1
	 Magda Mofatto Deputada federal (PR)  1		 José Agripino Senador (DEM)  4

CONTINUA

22 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MA	 Edison Lobão Senador (PMDB) 1	RN	 Fábio Faria Deputado federal (PSD) 1	
	 Roberto Rocha Senador (PSB) 4		 Felipe Maia Deputado federal (DEM) 3	
	 Sarney Filho Deputado federal (PV) 3		RO	 Acir Gurgacz Senador (PDT) 2
	 Victor Mendes Deputado federal (PV) 2			RS
 Aécio Neves Senador (PSDB) 1	SC	 João Rodrigues Deputado federal (PSD) 1		
 Bonifácio de Andrada Deputado federal (PSDB) 1		 Jorginho Mello Deputado federal (PR) 1		
MG	 Dâmiana Pereira Deputada federal (PMN) 1	SP	 Antônio Bulhões Deputado federal (PRB) 4	
	 Jaime Martins Deputado federal (PSD) 1		 Baleia Rossi Deputado federal (PMDB) 2	
	 Rodrigo de Castro Deputado federal (PSDB) 1		 Beto Mansur Deputado federal (PRB) 3	
PA	 Jader Barbalho Senador (PMDB) 5	TO	 César Halum Deputado federal (PRB) 6	

23 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

AÉCIO NEVES

Mulher preta

Em razão do Dia da Consciência Negra, abro hoje a coluna para a desembargadora baiana Luislinda Valois, uma aguerrida brasileira na luta pela igualdade racial:

“A mulher preta brasileira é uma criatura eminentemente resiliente. Eu sou.

É uma mulher apequenada pelo desemprego, pela falta de moradia, pela fome que assola o seu habitat. Que mesmo tendo frequentado escola e universidade, e de lá saído graduada para uma profissão, não é outra mulher. É a mulher preta que sofre o assédio moral, a violência e a discriminação na sala de aula, no médico, no metrô, no escritório.

É também a pessoa mais traficada para lugares distantes do Brasil. É a mulher preta brasileira que luta as cadeias femininas e é a que mais morre assassinada. Os homicídios de mulheres brancas caíram 9,8% — de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% nesse período, de 1.864 para 2.875.

Socorro! É o grito da mulher preta desassistida e é também o grito da mulher preta que lutou, concluiu seus estudos, formou seus filhos, mas ainda não os vê nas esferas das decisões, nos cargos da diretoria, nas rodas empresariais ou nas salas com ar condicionado dos Três Poderes da República. Eles não chegam lá. E por quê?

De acordo com o IBGE, um negro no Brasil ganha 57,4% do que ganha um branco na mesma função. O único setor em que o negro ultrapassa o não-negro na renda é o trabalho doméstico, em 1,5%.

Em 1978, vi-me aprovada em primeiro lugar no concurso para cargo de procuradora autárquica federal. Depois fui aprovada no concurso para juíza. Tornei-me a primeira juíza preta brasileira. Um luxo? Um sucesso? Não, uma exceção.

Sou mulher, preta, candomblecista, ousada, independente e competente em meu ofício. Rasguei a tradição e fui em busca do meu desiderato e do meu direito de cidadã preta livre brasileira. Cheguei onde queria sendo filha de uma lavadeira e de um motoneiro de bonde. Desobedeci às premonições do meu professor.

Empreitei medidas judiciais junto ao CNJ e fui unanimemente agraciada com reconhecimento do meu direito de assumir como desembargadora no Estado da Bahia. Foi uma luta desigual, mas trouxe o meu direito constitucional para o meu viver. Recebi comendas importantes nacionais e internacionais, viajo o mundo para palestras, sou embaixadora da paz pela ONU.

Mas as chibatadas e a senzala sempre me rondam e sondam porque sou também a mulher preta que chora o filho que não voltou. Que perdeu outro filho para o tráfico, para a polícia. Uma mulher que conhece a grande dor da impunidade, a que ninguém escuta.

Venceremos tudo isso um dia. É preciso esperança, não para aguardar. Esperança no agir.”

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

23 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

LEÃO SERVA

A complexidade moral do brasileiro

VER NA imprensa a cobertura de manifestações pró-aborto pode dar a impressão de que a sociedade brasileira é majoritariamente contrária aos congressistas que querem aumentar as restrições atuais à interrupção artificial da gravidez. Embora barulhenta, a militância não representa o sentimento da opinião pública, bem ao contrário.

Uma pesquisa destinada a medir os valores morais dos brasileiros constatou que a repulsa ao aborto é líder absoluta entre os comportamentos condenados (com nota 8,31), mais que o dobro do segundo colocado (bater em uma mulher, com 3,8) e do terceiro lugar (não prestar socorro a vítimas de acidente, 3,18).

Os que costumam atribuir ao brasileiro uma índole coerente com os mandamentos da Igreja Católica vão achar alguma comprovação no índice elevado de condenação a blasfêmia (“falar mal ou reclamar de Deus”, 2,47) e ao mesmo tempo se surpreender com o alto índice de aceitação do divórcio (nota 0,08), do homossexualismo (0,17) ou do adultério (0,47).

A pesquisa “Moral e Ética: Quais os Valores que Norteiam os Brasileiros?” é coordenada pelo sociólogo Rodrigo Toni, que foi diretor geral do instituto Ipsos no Brasil e na Ásia até fundar o Flyfrog, que se dedica a pesquisas de mercado com uso de tecnologias de ponta. O levantamento usou a internet para acessar os entrevistados e fez ponderação da população conforme o Censo de 2010 para distribuição regional, por renda e idade.

Segundo pesquisa, o aborto é considerado o delito moral mais grave; a corrupção, nem tanto

Para expressão de apoio ou condenação a comportamentos que são tema de debates na sociedade, o levantamento excluiu os crimes indiscutidos (como assassinato e roubo) e submeteu aos entrevistados grupos de frases entre as quais deveriam apontar as mais graves. A técnica, denominada “Max Diff”, permite produzir rankings de repulsa ou aceitação em grandes conjuntos de itens de qualquer natureza. O resultado é uma tabela em que a nota 1 expressa equilíbrio; acima de 1, recusa; abaixo, aceitação.

A equipe de Toni submeteu aos entrevistados, em sistema de rodízio, 34 atitudes como: furar fila; pagar propina para evitar multa; comprar produtos importados sem pagar imposto; comprar mercadoria sabidamente roubada; consumir álcool e dirigir; maltratar animais; ter relações homossexuais; usar drogas; trair namorado(a) ou cônjuge; fazer aborto; separar ou divorciar etc.

O sociólogo atribui a campanhas de conscientização pública a alta rejeição à agressão a mulheres (Lei Maria da Penha), à homofobia ou ao racismo. E atribui à influência religiosa o fato de a blasfêmia (2,47) ser considerada mais grave do que xingar ou maltratar alguém por orientação sexual, raça ou etnia (1,7).

Ele chama atenção também para o fato de que comportamentos condenados em homens públicos (como a corrupção dos grandes escândalos que ocupam o noticiário) sejam aceitos quando ocorrem no âmbito pessoal, como se vê pelas notas abaixo de 1 para aceitar propina (0,86), votar em político corrupto (0,86), pagar um guarda para evitar uma multa (0,6) ou transferir pontos da carteira de motorista (0,19). “Nossa sociedade precisa avançar muito em noções de cidadania, respeito a leis”, diz Rodrigo Toni.

O levantamento reforça a visão de que o Congresso expressa o pensamento do brasileiro. Inclusive pela facilidade com que avançam as restrições às formas permitidas de aborto.

23 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Fórum de revistas discute negócios da comunicação

{ Juiz Sérgio Moro falará sobre jornalismo investigativo em evento que acontece hoje

O 9º Fórum Aner de Revistas promoverá nesta segunda-feira (23) palestras e debates sobre as novas tendências dos negócios no setor da comunicação. Com o tema “Em Busca de um Novo Modelo”, o evento é organizado pela Associação Nacional de Editores de Revistas.

Entre os destaques da programação, está a participação do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato. Ele falará sobre o papel do jornalismo investigativo como pilar da democracia. Outro destaque do evento é Luca Dini, diretor editorial da revista “Vanity Fair” na Itália.

As palestras e workshops debaterão ainda a produtividade dos produtores de conteúdo, como aproveitar o potencial de marketing dos smartphones, planos de marketing para o século 21 e publicidade nativa (conteúdo patrocinado feito sob medida para marcas).

Durante o evento também serão anunciados os vencedores do prêmio de melhor capa do ano. No encerramento, será apresentado o manifesto da Aner em defesa do jornalismo independente.

FÓRUM ANER DE REVISTAS

QUANDO segunda-feira (23), das 8h30 às 17h30

ONDE Hotel Renaissance (rua Haddock Lobo, altura do número 746, São Paulo)

INSCRIÇÕES De R\$ 600 (sócios da Aner) a R\$ 680 (demais interessados); (11) 3030-9390

23 NOV 2015

BEMPARANÁ

Mediação

Justiça abre semana de conciliação

Hoje, às 10 horas, será realizada a abertura da X Semana Nacional da Conciliação. A solenidade acontecerá na Vara Descentralizada de Santa Felicidade (Via Vêneto, 1490). Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenada no Paraná pelo Tribunal de Justiça (TJ-PR), a X Semana Nacional da Conciliação se estende até a sexta-feira. Neste ano, o tema é: "O caminho mais curto para resolver seus problemas".

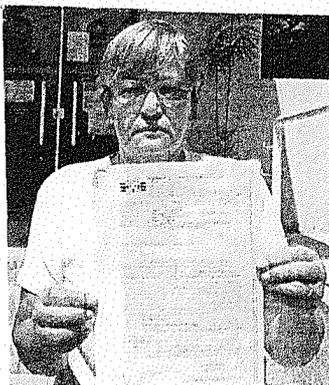
Mais de 50 Juízes, de todo o Paraná, estão inscritos para participar. A previsão é de que o número de audiências realizadas durante a semana seja superior a quatro mil. Durante a semana do evento, são desenvolvidas atividades concentradas no sentido de incentivar o acordo no maior número de processos possível em todos os Tribunais do País.

A conciliação e a mediação são sessões em que as próprias partes buscam soluções para seus conflitos, conduzidos pelo conciliador ou mediador, que atua como um facilitador do diálogo e comunicação. Elas podem ser processuais, quando o caso já está na justiça, ou pré-processuais, quando ocorrem antes do processo ser instaurado.

21 NOV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Morre músico que lutava para obter as 'pílulas do câncer'



A mãe. Pelas cápsulas, Ana fez greve de fome há um mês

Conhecido pelo nome artístico de Bruno Kayran, ele tinha 27 anos e não havia conseguido usar a fosfoetanolamina

José Maria Tomazela
SOROCABA

O músico Bruno Cauã Ramos, de 27 anos, que foi à Justiça para conseguir cápsulas de fosfoetanolamina sintética, conhecidas como "pílulas do câncer", morreu ontem em Botucatu, interior de São Paulo, sem ter conseguido usar a substância.

Aliminar dada pela Justiça para o fornecimento das cápsulas estava entre as que foram anuladas pela decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), no último dia 11, determinando a Universidade de São Paulo (USP) a suspensão do fornecimento do composto. De acordo com o TJ-SP, a substância não foi testada em seres humanos e, portanto, pode acarretar graves consequências aos pacientes.

A mãe de Bruno, Ana Rosa Natale, de 54 anos, chegou a fazer greve de fome em outubro, na frente do Instituto de Química da USP em São Carlos, na tentativa de receber as cápsulas. Na ocasião, ela contou ao **Estado**

que o filho havia apresentado câncer de pele em 2011, mas controlou a doença com tratamento. No início deste ano, a doença voltou mais forte e os médicos detectaram 13 tumores em sua cabeça. O músico estava sendo tratado no Hospital do Câncer de Jaú, porém, sem chances de cura, segundo os médicos. Ela, então, decidiu recorrer às cápsulas da USP.

Conhecido pelo nome artístico de Bruno Kayran, o músico apresentava-se em bares e casas noturnas da cidade e era bastante requisitado. Desde que ficou doente, os amigos acompanhavam seu drama pela página na rede social "vamos salvar a vida do Bruno Kayran", mantida pela mãe.

Desde a proibição da fosfoetanolamina pelo TJ-SP, a página abrigava também uma petição pública coletando assinaturas de apoio a um recurso especial visando à liberação da substância pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A mãe usou a rede social para comunicar a morte do filho e a página ganhou uma tarja de luto.

22 NOV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça. Ministério Público, com aval da força-tarefa da operação, entra com recurso no Supremo Tribunal Federal para retomar controle sobre as investigações na Eletronuclear; pedido aponta ação de uma sistemática criminosa igual à investigada na Petrobrás

Procuradoria-Geral tenta reverter no STF desmembramento da Lava Jato

Beatriz Bulla / BRASÍLIA
Fausto Macedo
Julia Affonso
Ricardo Brandt

A Procuradoria-Geral da República enviou recurso ao Supremo Tribunal Federal para tentar reverter o fatiamento da Operação Lava Jato. O pedido, mantido sob sigilo, contesta decisão do ministro Teori Zavascki, que desmembrou as investigações na estatal Eletronuclear. O recurso evoca a existência de provas, pessoas, empresas e partidos, agindo em uma mesma sistemática criminosa, nas obras da Usina Nuclear de Angra 3 e nos esquemas de cartel e corrupção na Petrobrás.

Há uma semana, o caso sobre suposto pagamento de R\$ 4,5 milhões em propinas relacionadas a obras de Angra 3 chegou à 7.ª Vara Federal do Rio, sob responsabilidade do juiz Marcelo Bretas. Funcionários já deixaram de identificar o processo como uma ação da Lava Jato e passaram a chamá-lo de Radioatividade, nome da operação deflagrada em julho que alcançou a Eletronuclear.

Mas o grupo ligado ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ainda aposta em reverter a decisão de Zavascki no Supremo. O pedido será avaliado pela 2.ª Turma, que pode reencaminhar o processo da Eletronuclear para a 13.ª Vara Federal, em Curitiba,

berço da Lava Jato e local de atuação do juiz Sérgio Moro, ou manter o desmembramento.

Relator da Lava Jato no Supremo – que concentra processos envolvendo parlamentares e outras autoridades –, Zavascki decidiu que a ação da Eletronuclear deve ser julgada no Rio, sede das obras, por ver falta de conexão entre os casos. Com o pedido da Procuradoria-Geral, o rumo das apurações será definido pelo colegiado formado pelos ministros Dias Toffoli, Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, além do próprio Zavascki.

O processo de Angra 3 tem entre os réus o ex-presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro da Silva, vice-almirante aposentado da Marinha preso em julho. Para a Lava Jato, trata-se de um passo para investigar outras estatais em busca de provas de um suposto esquema sistematizado de corrupção e compra de apoio político. Sem reverter o desmembramento, a força-tarefa fica restrita aos desvios na Petrobrás.

Conexões. Para a Lava Jato, um esquema único de compra de apoio político teria nascido na Casa Civil em 2004, com o objetivo de garantir a governabilidade e a permanência no poder. Para isso, teriam sido distribuídos cargos em diferentes áreas do governo, gerando uma máquina complexa e estruturada de desvios para financiar partidos, políticos e campanhas eleitorais.

A organização criminosa descrita pela Lava Jato é dividida em quatro núcleos: empresarial (cartel de empreiteiras), político (agentes políticos e partidos), de agentes públicos (dirigentes das estatais e do governo) e de operadores financeiros (doleiros, lobistas e movimentadores de propina).

Desde o início, a Lava Jato manteve a estratégia de mirar na estrutura intermediária do esquema, os operadores de propina e lavadores de dinheiro, para atingir corruptos e corruptores. Nessa frente, pelo menos quatro deles teriam atuado nos desvios de Angra 3 e também são réus ou investigados nos esquemas na Petrobrás: o doleiro suíço Bernard Freiburghaus, os lobistas Jorge Luz e Bruno Luz e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso desde março em Curitiba. Todos negam em juízo as irregularidades.

Dentro do núcleo empresarial, a Lava Jato pareou pelo menos cinco empreiteiras nos dois casos: Camargo Corrêa, Engenix, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC.

Na ponta dos beneficiários, PT e PMDB figuram como destino final de recursos desviados nos dois esquemas. Os partidos negam irregularidades.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 NOV 2015

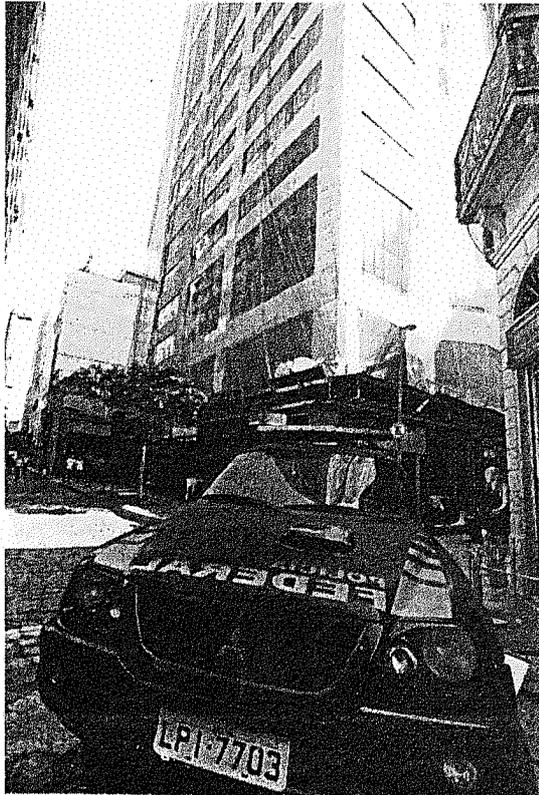
OS ELOS DOS DOIS ESQUEMAS

● Modus Operandi: cartel e lavagem

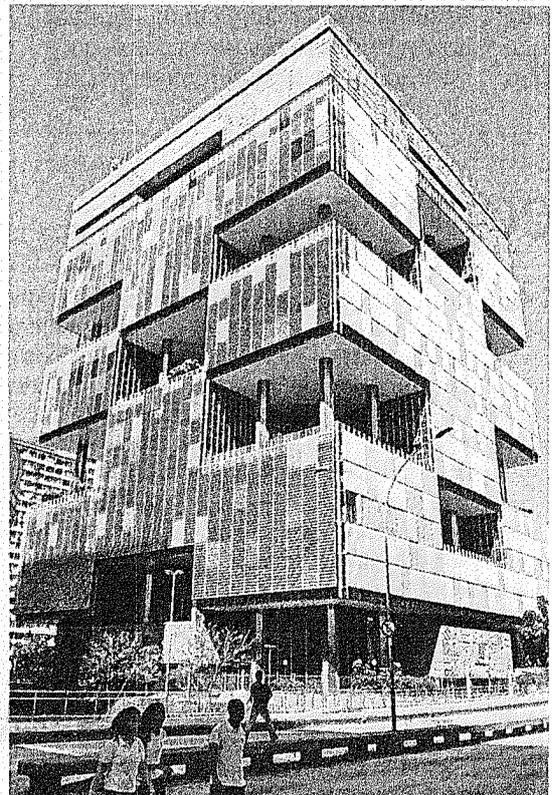
O sistema de cartel é verificado nos dois esquemas, com acerto entre executivos das grandes empreiteiras para eliminar a concorrência nas licitações e ajuste de propina a agentes públicos envolvidos na contratação. Partidos e agentes políticos usavam da influência nas indicações de dirigentes nas duas estatais para obter as vantagens.

Investigadores apuram também se as empresas vencedoras em Angra 3 “compensaram” as demais participantes do cartel com permissão para que saíssem na frente em licitações da Petrobrás. A lavagem do dinheiro ilícito, nos dois esquemas, foi feita por meio de contratos fictícios com empresas que repassavam os valores ao destinatário final.

FABIO MOTTA/ESTADÃO-28/7/2015

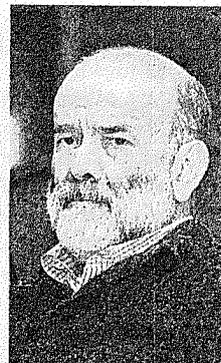


SANDRO VOX/AGÊNCIA O DIA-6/9/2014



● Núcleo político

O ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão (PMDB) é investigado por suposto recebimento de dinheiro de empresas contratadas pela Petrobrás e por articular repasses em troca do negócio de Angra 3. Aparece na delação do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa e de Ricardo Pessoa e empreiteiros ligados à corrupção na Eletronuclear.



O ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto teve atuação “proeminente”, segundo as investigações, em solicitação de vantagens em obras da Petrobrás e da Eletronuclear. Foi citado em depoimento do ex-diretor da UTC Engenharia Walmir Pinheiro, que relatou que Vaccari pediu a Ricardo Pessoa repasses em razão dos contratos de Angra 3.

● Operadores

Nomes em comum nos dois esquemas, apontados nas investigações como responsáveis pelos repasses: João Vaccari Neto, Bernardo Freiburghaus, Jorge Luz e Bruno Luz.

● Núcleo Econômico

Empresas apontadas nas investigações com contratos com a Petrobrás e Eletronuclear: Odebrecht, Andrade Gutierrez, UTC, Camargo Correa, EBE (Grupo MPE), Engevix, Galvão Engenharia, OAS e Techint.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**Advogados
contestam**

22 NOV 2015

recurso

A discussão sobre a competência para conduzir o caso Eletronuclear foi levada ao Supremo Tribunal Federal pela defesa de Flávio Barra, da Andrade Gutierrez. Ele e mais 13 pessoas ligadas a empreiteiras foram denunciados por suposto envolvimento em corrupção nas obras de Angra 3.

Para o advogado de Barra, Juliano Breda, o ministro Teori Zavascki apenas “aplicou as premissas” já definidas pelo Supremo em decisão sobre outra apuração “periférica” da Operação Lava Jato, relacionada ao Ministério do Planejamento. “A Justiça de Curitiba não tem o monopólio da verdade e os procuradores da República de Curitiba não são melhores do que os demais. Me parece que a tendência no Supremo é consolidar o entendimento já tomado pelo plenário.”

Para sustentar a conexão entre os casos, os procuradores usam como base depoimentos de delatores, como Ricardo Pessoa, dono da UTC, e Luís Martins, da Camargo Corrêa. Este disse que o cartel de empreiteiras que atuava na Petrobrás agia nas obras ligadas à Eletrobrás, como Angra 3 e a hidrelétrica de Belo Monte.

O senador Edison Lobão (PMDB-MA) também surge na investigação como um “dos vários pontos em comum” que formam a intersecção dos dois casos. Ele é investigado por suspeita de recebimento de propina oriunda da Petrobrás e por suposta articulação de repasses da UTC ao PMDB ligados a Angra 3.

O advogado de Lobão, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, critica a tentativa da Procuradoria-Geral da República de reverter o desmembramento. “Escolher a simples citação de um nome por um delator como definição de competência é desprezar todas as previsões legais em prol de uma investigação que se apresenta cada vez mais voluntária, e não técnica.”

21 NOV 2015

IMPACTO PARANÁ

MINISTRO DO STF NÃO SE PREOCUPOU EM DEFENDER O GOVERNO DA DILMA

Ela conseguiu um aliado importante.

Vinda do Presidente do STF, Ministro Ricardo Levandowski, a mensagem dos últimos dias serviu de recomendação para muitos da oposição e animou o PT com tão importante aliado a favor do governo.

Deixando no ar sua condenação a qualquer ato que busque o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o ministro deixou claro que será um defensor do mandato presidencial, doa a quem doer, inclusive interferindo, se for preciso, para evitar a cassação da mesma que continua na mira do Congresso Nacional.

Não foi uma manifestação espontânea de quem defende seu ponto de vista, mas sim, um recado direto de quem tem o poder de colocar as coisas a sua maneira, isto é, do jeito que pretende que as coisas fiquem, tanto que pediu paciência até 2018.

FIQUE TRANQUILA... SE DEPENDER DA NOSSA TURMA NÃO VAI HAVER NENHUM GOLPE INSTITUCIONAL... NOSSO TIME ESTÁ PREPARADO PARA O QUE DER E VIER... NENHUM SERGIO MORO VENCE NÓIS... JÁ MANDAMOS O JOAQUIM BARBOSA PRÁ CASA E DAQUI A POUCO VAMOS MANDAR MAIS UM...

